



CIEA7 #6:

(COUNTER-) MEMORIES OF COLONIALISM: REMEMBRANCE,
RESISTANCE AND TRANSFERENCE IN ANTI-COLONIAL AFRICAN
NARRATIVES

Cláudia Castelo^o

claudia.castelo@iict.pt

A Casa dos Estudantes do Império:

lugar de memória anticolonial

A Casa dos Estudantes do Império (1944-1965), criada no contexto da política imperial do Estado Novo, cedo se revelou um espaço de fermentação de uma consciência anticolonial entre jovens oriundos das colónias a estudar em Lisboa. A CEI é um “lugar de memória” (na acepção cunhada por Pierre Nora), um espaço material, simbólico e funcional, onde se cruzam reminiscências pessoais e de grupo. Património comum de vivências culturais e políticas, de contestação do colonialismo e de emergência do sentimento nacional, continua a ser um lugar evocado e reivindicado pelas narrativas sobre a luta anticolonial e sobre os principais movimentos independentistas das colónias portuguesas (MPLA, PAIGC e FRELIMO). Nesta comunicação propomo-nos tratar as memórias da CEI veiculadas e reconstruídas pelos seus «antigos».

Casa dos Estudantes do Império, Memória, Colonialismo.

^o Instituto de Investigação Científica Tropical.

LUGAR DE MEMÓRIA

A Casa dos Estudantes do Império (CEI), associação de jovens “ultramarinos” a estudar na metrópole, foi criada em 1944, por proposta do ministro das Colónias e com o aval do comissário nacional da Mocidade Portuguesa (MP). O regime do Estado Novo esperava que a CEI contribuísse para o fortalecimento da mentalidade imperial e do sentimento da portugalidade entre os estudantes das colónias; ao invés, desde cedo, despertou nos seus membros uma consciência crítica sobre a ditadura e o sistema colonial e uma vontade de descobrir e valorizar as culturas dos povos colonizados. Foi encerrada por decisão governamental, em 1965, depois da sua sede ter sido invadida e selada pela PIDE. O seu património material, nomeadamente o seu arquivo e a sua biblioteca, foi apreendido pela polícia política. Depois da extinção da CEI, o espaço físico no qual funcionava foi consignado a outras funções. E a Casa passou a habitar na memória dos seus «antigos», muitos dos quais ocupados nas lutas de libertação nacional das colónias portuguesas.

Depois da descolonização, dos primeiros anos de independência dos novos países africanos de língua portuguesa e do desaparecimento de elementos da primeira geração que frequentou a Casa (os meios de memória são perecíveis), pairava a ameaça do olvido. Face ao inevitável esbatimento da memória histórica da CEI no espaço público (memória partilhada pela sociedade) e à sua omissão na historiografia ‘profissional’, começou a desenhar-se um movimento entre antigos associados, pela recuperação daquele lugar físico, simbólico e funcional.¹

Em 1989, um grupo de antigos associados tentou recuperar o edifício para que o lugar e a história fossem devidamente assinalados e Lisboa pudesse corresponder com este património à comunidade das nações cuja formação passou também por aqui.²

Reconhecendo a importância política e simbólica daquele lugar de memória, em 1991, a Câmara Municipal decide ajudá-los e inicia negociações com o proprietário do imóvel onde a CEI funcionou de 1944 a 1965, na Avenida Duque d’Ávila, número 23, para a instalação de um museu ou um centro de cultura africana num dos

¹ Meios e lugares de memória são conceitos que fomos buscar a Pierre Nora, “Entre Mémoire et Histoire: la problématique des lieux”, *Les lieux de mémoire*, vol. 1 : *La République*, Paris, Gallimard, 1984, p. XV-XLII.

² António Faria, *A Casa dos Estudantes do Império: itinerário histórico*, Lisboa, Biblioteca-Museu República e Resistência, 1995, p. 23.

andares.³ As negociações arrastam-se pelos anos seguintes, enquanto o prédio se vai degradando. Quando aquele projecto ainda parecia possível e para mostrar o seu empenho, a autarquia lisboeta coloca, em frente ao edifício, uma placa de chão encastrada no pavimento, em pedra lioz, da autoria de Troufa Real e Fernando Conduto, com a inscrição "Casa dos Estudantes do Império – 1943-1965. Homenagem da Cidade de Lisboa - C.M.L 1992".⁴ A inauguração ocorre significativamente a 25 de Abril de 1992, pelo então edil, Jorge Sampaio⁵, sendo vereador da Cultura, João Soares. A sua função, "é chamar a atenção para um local por onde passaram muitas figuras da resistência".⁶

A CML assume ainda a responsabilidade da edição de memórias de antigos sócios da Casa,⁷ porque: "A Casa dos Estudantes do Império foi uma referência importante na luta contra a ditadura, uma referência que marcou gerações de jovens vindos dos quatro cantos do Mundo."⁸ Além disso, a preservação da memória da CEI e a sua transmissão aos jovens portugueses é encarada como uma necessária pedagogia da tolerância.⁹

A aproximação do cinquentenário da fundação da Casa (1994) faz com que se realizem "alguns encontros, durante os quais um grupo de antigos sócios decidiu empenhar-se na reconstituição do património da CEI e na sua posterior divulgação"; e daí nasce uma nova associação que retomou a designação inicial – ficando ACEI. Um dos objectivos que persegue é "constituir um espaço onde a juventude africana partilhe as suas interrogações num ambiente propício ao debate e à criação cultural".¹⁰ A ACEI pretende preservar a experiência do passado e reactualizá-la no presente e em função de preocupações do presente.

Depois da placa inscrita no espaço físico e público da cidade para perpetuar a memória da CEI e da associação de resgate da memória e de preservação e

³ Cf. António Sousa, "Um golpe de asa: Casa dos Estudantes do Império pode voltar a servir uma causa e um projecto comum", *Diário de Notícias*, 9.3.1996, p. 16-17.

⁴ Houve um lapso na data inicial. A Casa dos Estudantes de Angola, que teve na sua génese, é de 1943, mas a CEI apenas foi criada em finais de 1944.

⁵ Foi secretário-geral da Reunião Inter-Associações Académicas em 1961-1962 e participou activamente na crise académica de 1962 provocada pela proibição, pelo regime, do Dia do Estudante. Como veremos mais à frente, a CEI foi um ponto de apoio importante aos protestos dos estudantes.

⁶ Segundo a descrição que consta da ficha sobre a placa evocativa da CEI, no site do Património Cultural da CML (<http://www.lisboapatrimoniocultural.pt/artepublica/placasevocativas/pecas/Paginas/Casa-dos-Estudantes-do-Imperio.aspx>, acessado a 4.8.2010).

⁷ Sócrates Dáskalos, *A Casa dos Estudantes do Império: fundação e primeiros anos de vida*, Lisboa, CML – Pelouro da Cultura, 1993; António Faria, *Op. cit.*

⁸ João Soares, [Apresentação], Sócrates Dáskalos, *Op. cit.*

⁹ João Soares, "Apresentação", António Faria, *Op. cit.*

¹⁰ P. Borges, A. Freudenthal, Tomás Medeiros, H. Pedro (coords.), "Editorial", *Mensagem: número especial*, Lisboa, ACEI, 1997, p. 7. Daqui em diante, esta obra será citada de forma abreviada.

divulgação do seu património, as comemorações do seu cinquentenário¹¹ foram um momento por excelência de rememoração. Ficaram como materializações da memória da CEI três iniciativas editoriais: reedição de todas as Antologias de Poesia da CEI (1994), reedição de *Mensagem: Boletim* (1996) e publicação de um número especial comemorativo de *Mensagem* (1997).¹² Houve também um apelo aos historiadores ‘profissionais’ para prestarem atenção à CEI. Para a história da CEI têm contribuído sobretudo os seus «antigos», com testemunhos, memórias e recriações ficcionadas.¹³ O dever de memória e o imperativo da história faz de cada antigo sócio um historiador da CEI em potência ou, pelo menos, um historiador de si na CEI.¹⁴ Ora, sem escamotear o carácter social e dinâmico da memória¹⁵ e o peso do presente e das preocupações de grupos sociais concretos na sua reconstrução, à história contemporânea coloca-se o desafio de saber usar a memória colectiva enquanto fonte e objecto de estudo, reanimando e esclarecendo uma memória em declínio.

A CEI não é apenas um lugar de memória da resistência (ao regime fascista e colonialista), como a Câmara Municipal de Lisboa a procurou perpetuar numa placa incrustada no passeio fronteiro ao edifício onde funcionou. É sobretudo enquanto lugar de memória do anticolonialismo e do processo (longo) de descolonização que a historiografia a deverá abordar. Recorrendo à história oral, recolhendo memórias, diversificando as fontes utilizadas, enquadrando a CEI no seu contexto mais amplo (internacional), para problematizar os factos e multiplicar as perspectivas sobre o seu percurso e o seu impacto político e cultural.

Nesta comunicação procuramos trazer para dentro da história as memórias da CEI. Curiosamente alguns antigos associados da CEI têm feito uma aproximação à história através das suas memórias individuais (que não deixam de ser emanações da memória colectiva). É o caso de Sócrates Dáskalos, António Faria, Edmundo Rocha, Tomás Medeiros, Alfredo Margarido, entre outros.

¹¹ As comemorações fazem-se em nome da trilogia identidade, memória, património, como nota François Hartog, *Régimes d'historicité: présentisme et expérience du temps*, Paris, Seuil, 2003, p. 155.

¹² No “Editorial: A Mensagem e a CEI”, os coordenadores do número especial comemorativo do cinquentenário da Casa esclarecem: “para muitos africanos envolvidos no processo das independências, alguns dos textos editados pela CEI são ainda hoje considerados «manifestos» das respectivas culturas nacionais, o que só por si justificaria a sua reedição tantos anos volvidos” (*Op. cit.*, 1997, p. 7).

¹³ As mais conhecidas são: Pepetela, *A geração da utopia*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1992; e Orlando da Costa, *Os netos de Norton*, Lisboa, Edições Asa, 1994.

¹⁴ Sobre a passagem da memória à história e a obrigação que trouxe aos grupos de redefinirem a sua identidade pela revitalização da sua própria história, vd. Pierre Nora, “Entre Mémoire et Histoire: la problématique des lieux”, *Les lieux de mémoire*. Vol. 1 : *La République*. Paris: Gallimard, 1984, p. XV-XLII.

¹⁵ A memória colectiva opera dentro de quadros sociais (comuns aos indivíduos de um mesmo grupo) e é reconstruída em função dos seus quadros sociais actuais, isto é, da acção do presente sobre o passado (vd. Maurice Halbwachs, *Les cadres sociaux de la mémoire*, Paris, Albin Michel, 1994 [edição original, 1925]).

UMA HISTÓRIA COM MEMÓRIAS DENTRO¹⁶

O Estado Novo dificultou a constituição de elites nativas nas colónias portuguesas: não apostou no alargamento da rede escolar; colocou obstáculos à ascensão social dos autóctones; estabeleceu entraves e discriminações no acesso ao emprego público. O surgimento de estabelecimentos de ensino superior nas colónias portuguesas é tardio e circunscreve-se a Angola e a Moçambique, os territórios mais importantes do império português, em termos políticos, económicos e sociais, e os únicos de povoamento branco. Os estudos gerais universitários em Luanda e em Lourenço Marques datam de 1962 e só, em 1968, passam a universidades. Os jovens naturais ou residentes nas possessões coloniais, que quisessem tirar um curso superior e tivessem possibilidades económicas para tal¹⁷, tinham que deixar as suas terras e demandar Lisboa, Coimbra ou Porto, cidades onde, em muitos casos, não tinham parentes ou qualquer espécie de retaguarda.

Na grande Babilónia que Lisboa representava, a CEI era o cantinho da saudade, o ponto de encontro com a terra distante, o «sítio onde se podia tomar banho todos os dias», como confidenciou Fernando Mourão e, sobretudo, uma espécie de *Collegia Fabrorum* onde os estudantes se iniciavam na arte de reflexão sobre si próprios e sobre o OUTRO e também sobre o seu papel nas actividades do grupo.¹⁸

No início do ano lectivo de 1943-1944, um grupo de filhos de colonos e de funcionários coloniais de Angola, a estudar na capital, decide criar uma associação com fins de assistência aos angolanos que frequentavam o ensino superior. Deram-lhe a designação de Casa dos Estudantes de Angola (CEA), o que remetia para a recriação de um ambiente familiar e protector em torno dos jovens associados.¹⁹ Pretendiam contribuir para o aumento do “número de rapazes daquela colónia que

¹⁶ Trata-se de uma revisitação do texto Cláudia Castelo, “Casa dos Estudantes do Império (1944-1965): uma síntese histórica”, *Mensagem: número especial*, 1997, p. 23-29.

¹⁷ Apenas uma minoria de africanos, filhos de assimilados com algum poder de compra ou dispendo da ajuda das missões, conseguia arcar com as despesas associadas à frequência de um curso superior na metrópole. Os estudantes vindos do império eram maioritariamente filhos de colonos ou de funcionários coloniais.

¹⁸ Tomás Medeiros, médico e escritor de São Tomé, director da *Mensagem*, de 1959-1961 e presidente da ACEI. Vd. Tomás Medeiros, “Prolegómenos a uma História (verdadeira) da Casa dos Estudantes do Império”, *Mensagem: número especial*, 1997, p. 31.

¹⁹ Refira-se que muitas associações regionalistas em Lisboa, nas colónias e na diáspora adoptaram a designação de «Casa». Vd. Daniel Melo, “Out of sight, close to the heart: regionalist voluntary associations in the Portuguese empire”, *e-Journal of Portuguese History* (Brown University – Providence, EUA, e Universidade do Porto – Portugal), vol. 5, n.º 1, 2007.

estudam na Metrópole, dando-lhes a certeza de que não se encontrarão isolados, pois a Casa lhes facilitará a adaptação ao meio e lhes dará amparo durante o curso”.²⁰ Da comissão organizadora faziam parte Alberto Marques Mano de Mesquita (sobrinho do governador-geral de Angola) e Ângelo Vidigal Dias, da Faculdade de Direito; Carlos Torres de Sousa Júnior, Manuel Seabra de Azevedo e Emílio Freire Leite Velho, da Escola Superior de Medicina Veterinária; e Alberto Pereira Diogo e Acrísio Sampaio Nunes, do Instituto Superior Técnico. A iniciativa teve o apoio do comissário nacional da Mocidade Portuguesa, e professor da Faculdade de Direito, Marcelo Caetano, o que lhe valeu o título de presidente de honra da CEA.

Jovens de outros territórios coloniais seguem o exemplo dos de Angola.²¹ Ao regime, porém, não agrada que os estudantes se associem em função da sua colónia de origem. Por um lado, porque esse facto contraria a ideia de unidade do império colonial português, propagandeada pelo discurso oficial; por outro, porque dificulta o controlo das actividades dos sócios. Interessa-lhe, antes, que as várias associações se fundam numa só, capaz de congregar todos os estudantes ultramarinos sob a mesma *mística imperial*.

Numa visita à CEA, a 3 de Julho de 1944, o ministro das Colónias, Francisco José Vieira Machado, na presença do comissário nacional da Mocidade Portuguesa e dos representantes das outras associações projectadas (Aguinaldo Veiga, de Cabo Verde; Vasco Benedito Gomes, da Índia; Gonçalo de Sousa e Macedo Mesquitela, de Macau; e Francisco Maria Martins, de Moçambique), formaliza a proposta de fusão de todas as casas na Casa dos Estudantes do Império. Segundo a notícia publicada no *Boletim Geral das Colónias*, o ministro considerava indispensável a reunião de todos

os rapazes que chegam à Metrópole, vindos das nossas colónias africanas, da Índia e de Macau. Constituída a Casa dos Estudantes do Império fica satisfeito o nosso desejo, sabendo que podemos contar com a vossa dedicação, patriotismo e boa vontade. Estabelecer-se-á, assim, a necessária camaradagem entre todos os estudantes e uma mentalidade nacional mais profícua. Cada vez mais as nossas colónias estão integradas no pensamento da Metrópole, e é bom reforçar o elo que reúne o escol do Ultramar ao do Continente.²²

²⁰ “Casa dos Estudantes de Angola”, *Boletim Geral das Colónias*, n.º 223, Lisboa, AGC, Jan. 1944, p. 64-65.

²¹ Algumas já existiam em Coimbra (Sócrates Dáskalos, *Op. cit.*, p. 7).

²² “Visita do Sr. Ministro das Colónias à Casa dos Estudantes de Angola”, *Boletim Geral das Colónias*, n.º 229, Jul. 1944, p. 133-134.

Em Outubro de 1944, a sede da CEI começa a funcionar na Rua Praia da Vitória, número 1, ao Arco do Cego, em Lisboa. O primeiro presidente era Alberto Marques Mano de Mesquita, que pelas suas relações familiares, dava garantias de obter apoios financeiros e materiais para a associação. Em Novembro de 1944, a Casa muda-se para o número 23 da Avenida Duque d'Ávila, esquina com a Rua D. Estefânia, também na zona do Arco do Cego. Nesse local permanecerá até ao seu encerramento, em 1965. Também em finais de 1944, abre a delegação da CEI de Coimbra, na Rua de Aires de Campos, número 18.²³

A CEI organiza-se em secções, que agrupam os estudantes por colónias e têm corpos gerentes próprios, sob uma direcção-geral comum. A associação conta com subsídios concedidos pelos governos coloniais, por organismos do Ministério das Colónias e por empresas que operavam além-mar. Entre as suas atribuições destacam-se a assistência social e material aos estudantes ultramarinos, a promoção da sua cultura e a sua integração no meio estudantil metropolitano. No primeiro ano de actividade, é inaugurado o posto clínico, abre concurso para atribuição de bolsas de estudo, são enviadas informações sobre os cursos superiores da metrópole aos liceus e associações académicas das colónias, organiza-se a biblioteca, promovem-se palestras e exposições sobre temas coloniais, realizam-se campeonatos de várias modalidades desportivas. Estas iniciativas não foram acompanhadas por uma boa gestão orçamental. No fim do primeiro ano de vida, a CEI enfrenta uma situação de ruptura financeira e ameaça de despejo.

E começou a gerar-se uma agitação favorável à democratização da direcção, tanto mais que o presidente Marques Mano não olhava a despesas e até se permitiu viajar de avião! (viajar de avião naquele tempo era qualquer coisa de transcendente)

[...]

Como o Presidente Marques Mano continuasse sobranceiro às críticas que exigiam a democratização avolumou-se a onde que o criticava até que uma bela tarde, foi realizada uma assembleia geral que teve que ser feita num anfiteatro do Liceu Camões pois contava com a afluência total dos sócios que já ultrapassavam as duas centenas.²⁴

Foi eleita uma nova direcção, que entra em exercício em Junho de 1945. O novo presidente, Aguiinaldo Veiga, escreve a Marcelo Caetano, agora ministro das

²³ Carlos Ervedosa, *Era no tempo das acácias floridas*, Linda-a-Velha, ALAC, 1990, p. 140.

²⁴ Sócrates Dáskalos, *Op. cit.*, p. 8-9.

Colónias, pedindo ajuda. Apurado o montante das dívidas, o ministro promove a concessão de um subsídio de emergência de quinze mil escudos pela Companhia de Exportações do Ultramar Português.²⁵ Este episódio revela o empenho do governo na existência e regular funcionamento da associação.

Recuperado o equilíbrio financeiro, a CEI prossegue a sua missão de assistência, cultura e recreio, acolhendo um número crescente de sócios. De acordo com o relatório do inquérito à Casa, a sede conta, em finais de 1945, com cerca de 600 associados e a delegação de Coimbra com 116.²⁶

Desde início o regime procura enquadrar e orientar as actividades da CEI através do Ministério das Colónias, instituição tutelar, e da Mocidade Portuguesa (MP). Em Janeiro de 1945, na abertura de um ciclo de palestras promovidas pela CEI, sob patrocínio da MP, Marcelo Caetano expõe aquilo que o governo espera da Casa: que contribua para “o triunfo do espírito português”, trabalhando em prol da formação colonial da juventude.²⁷ Ao longo deste ciclo de palestras, sucedem-se os apelos a “uma colaboração cada vez mais fecunda entre a Mocidade Portuguesa e a Casa dos Estudantes do Império”.²⁸ Em 1946 escreve-se com indisfarçável orgulho, num órgão oficial: “a Casa dos Estudantes do Império pode bem considerar-se uma filha da Mocidade Portuguesa”.²⁹

Segundo Armando Rosinha, um dos fundadores da CEI, Marques Mano de Mesquita e Santos e Castro e outros elementos

eram fervorosos adeptos da Situação, membros da União Nacional, de vários organismos, já como estudantes, pelo menos queriam dar à Casa uma orientação nitidamente favorável à Situação. Mas a grande maioria não queria nada disso; se não tinha ideias concretas, não queria de maneira nenhuma colaborar. Não éramos da UN, não éramos da Mocidade (...) Portanto começou logo esse choque.³⁰

²⁵ Arquivo Histórico Ultramarino, Processo 128/45, Sala Casa-forte, Est. II, Prat. 6, n.º 723.

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ “A Casa dos Estudantes do Império promoveu, sob o patrocínio da M.P. um ciclo de palestras à Mocidade”, *Boletim do Comissariado Nacional*, vol. V, n.º 2, Lisboa, 1945, p. 91-93.

²⁸ Dutra Faria, “A Mocidade Portuguesa é imperial e social (Alocação proferida na sessão de encerramento do ciclo de ‘Palestras à Mocidade’ promovido pela CEI, sob o patrocínio da MP, em 24 de Janeiro de 1945)”, *Boletim do Comissariado Nacional*, vol. V, n.º 2, Lisboa, 1945, p. 54-56.

²⁹ Celestino Marques Pereira, “O ensino colonial da juventude (Comunicação apresentada ao Congresso Comemorativo do V Centenário da Guiné)”, *Boletim do Comissariado Nacional*, vol. VI, n.º 4, Lisboa, 1946, p. 321.

³⁰ Testemunho de Armando Rosinha (Moçambique), membro fundador da CEI. “Meio século da CEI” (Mesa-redonda na Rádio Moçambique, Programa Linha Directa, de Orlanda Mendes, em 30.10.1993), *Mensagem: número especial*, 1997, p. 74.

Quase todos os elementos dos corpos gerentes da CEI para o ano lectivo 1945-1946, tanto em Lisboa como em Coimbra, assinam as listas do Movimento de Unidade Democrática (MUD) e juntam-se, a partir de 1946, ao MUD Juvenil. Em 1948, ano em que abre a cantina e o lar e se inicia a publicação do boletim *Mensagem*, vamos encontrar, de novo, os estudantes que dirigem a Casa ao lado da oposição democrática, a favor da candidatura do general Norton de Matos à presidência da República. Em meados de 1950, os membros da secção da Índia da CEI recusam-se a subscrever uma delcaração de repúdio pelas afirmações de Nehru hostis à presença portuguesa na Índia.

Na passagem dos anos 40 para os anos 50, a CEI (sede e delegação de Coimbra) começa a afirmar-se como um espaço de socialização anti-salazarista, de (re)descoberta das culturas africanas, de afirmação de identidades próprias (diferentes da portuguesa e diferentes entre si), de emergência de uma consciência anticolonial, por onde passam e ‘se formam’ futuros líderes e militantes dos movimentos de libertação, nomeadamente Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto, Marcelino dos Santos.

Começavam-se a publicar, na Duque d’Ávila 23 muitos panfletos, passados a *stencil*. É pena não estar cá Marcelino dos Santos, para contar. Ele foi o autor de muitos desses panfletos que começaram a ser difundidos através da CEI, panfletos de informações contra a Situação, conta o fascismo e possivelmente apoiados também pelo PCP na altura.³¹

A PIDE, atenta às actividades políticas dos sócios da Casa desde 1946³², informa o ministro das Colónias, em Abril de 1951: “a CEI é há muito conhecida como alfobre de elementos que desenvolvem campanha anti-situacionista”.³³ O alerta do comando distrital de Coimbra da Legião Portuguesa (LP) ía no mesmo sentido:

todos ou quase todos os associados são comunistas ou simpatizantes. Todos ou quase todos pertencem ao MUD Juvenil. Foi da CEI que partiu uma parte da agitação política a favor de Norton de Matos. [...] Todos os associados ou

³¹ Testemunho de Fernando Vaz (Moçambique), chegou à CEI em 1947 e dirigiu a Casa em meados dos anos 50. “Meio século da CEI” (Mesa-redonda na Rádio Moçambique, Programa Linha Directa, de Orlanda Mendes, em 30.10.1993), *Mensagem: número especial*, 1997, p. 75.

³² Tanto o processo instruído pela PIDE de Lisboa (Arquivo Nacional Torre do Tombo, Arquivo da PIDE, Processo 329/46 SR) como o instruído pela delegação de Coimbra (Processo 3767) têm início em 1946.

³³ Resposta da PIDE, datada de 9.4.1951, ao ofício confidencial do Gabinete do Ministro das Colónias, n.º 597, de 31.3.1951, Processo 329/46 SR, Arquivo PIDE/DGS (Arquivo Nacional Torre do Tombo).

quase todos são anti-situacionistas e em contacto directo ou indirecto com o grupo de Namorado & companhia.³⁴

As ligações dos sócios da CEI de Coimbra ao escritor Joaquim Namorado e ao Ateneu de Coimbra, “agremiação essencialmente comunista da juventude operária” serão novamente denunciadas num relatório da polícia política local em 1954.³⁵

Este ‘desvio’ ou ‘subversão’ em relação àquilo que o regime esperava da CEI vai comprometer o seu funcionamento democrático. A 30 de Maio de 1952, o Governo nomeia uma comissão administrativa que irá dirigir a Casa (sede) até 1957.

Foram cinco anos de estagnação, com a CEI reduzida às funções de uma simples pensão. Os estudantes ultramarinos continuaram a frequentar o lar e a cantina, a sede e o posto clínico, mas recusaram-se a colaborar em quaisquer outras actividades promovidas pela Comissão Administrativa (Ervedosa, 1990, p. 123).

Este panorama estende-se à delegação de Coimbra em 1955. Nessa altura, o comissário nacional da MP, António Gonçalves Rodrigues, consulta a delegação da PIDE em Coimbra sobre o comportamento dos corpos gerentes livremente eleitos da delegação da CEI naquela cidade. O inspector José Barreto Sacchetti informa-o que “todos os indivíduos são politicamente maus, seguindo a doutrina do MUD Juvenil” e defende que “só a dissolução conviria para extinguir o mal que dali se espalha a todo o meio académico”.³⁶

O ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues, numa carta a Salazar, de 21 de Dezembro de 1952, mostra-se preocupado com a Casa dos Estudantes do Império. Lembra que a sua ideia “foi sempre acabar com um organismo que segrega os estudantes e os lança num campo político adverso, ameaçando no futuro a própria unidade nacional”. O ideal seria a criação em Lisboa de “uma instituição que pudesse receber e reunir todos os estudantes portugueses daqui e dali”. Isto porque acabar pura e simplesmente com a CEI acarretava um problema assistencial importante; e “entregá-la à MP teria reacções muito más, imprevisíveis, por se tratar de estudantes”. Propõe a nomeação de uma comissão dos Ministérios da Educação

³⁴ Ofício confidencial dirigido pelo comando distrital de Coimbra da Legião Portuguesa ao director dos serviços de informações da LP-Lisboa, datado de 11.7.1949, Processo 1465/49 SR, Arquivo PIDE/DGS (Arquivo Nacional Torre do Tombo).

³⁵ Relatório n.º 10/954, de 30.11.1954, Processo 3767, Arquivo PIDE/DGS (Arquivo Nacional Torre do Tombo).

³⁶ Citado no relatório confidencial n.º 27, de 12 de Dezembro de 1960, enviado ao director da PIDE pela delegação daquela polícia em Coimbra, Processo 3767, Arquivo PIDE/DGS (Arquivo Nacional Torre do Tombo).

Nacional e do Ultramar “para estudar a organização dum Lar dos Estudantes Universitários em Lisboa, onde fossem admitidos os de cá e os de lá”.³⁷

Não sabemos se esta comissão chegou a ser criada. De qualquer forma, a CEI nunca chegou a ser integrada numa instituição com as características sugeridas por Sarmiento Rodrigues. Em 1957, aliás, é exonerada a comissão administrativa que lhe tinha sido imposta pelo governo e realiza-se uma assembleia geral para discutir e aprovar os novos estatutos.

Os novos estatutos tiveram de ser elaborados tendo em conta os circunstancialismos e as pressões reinantes. Desapareceram, por exemplo, as antigas secções regionais, secções que eram entendidas pelas autoridades como focos de nacionalismos.³⁸

Com o regresso à normalidade pode ter início uma nova fase na vida da associação, com uma nova geração de estudantes (a «Nova Vaga»³⁹) marcada por uma crescente actividade recreativa e cultural. A CEI promove encontros desportivos, bailes, ‘matinéés’ dançantes, “farras” de sábado, almoços, jantares, mas também colóquios, conferências, exposições, sessões de cinema e de música, concursos literários. A secção editorial, sob o impluso de Carlos Ervedosa, Fernando Costa Andrade, José Ilídio Cruz, Fernando Mourão e Alfredo Margarido, publica antologias de poetas e contistas angolanos (1959 e 1962; 1960), de poetas de Moçambique (1962) e de São Tomé e Príncipe (1963). Obras de Viriato da Cruz, Agostinho Neto, António Jacinto, Luandino Veira, Mário António, José Craveirinha figuram na colecção «Autores Ultramarinos». Através do seu boletim *Mensagem* (1948-1964), dirigido, entre outros, por Tomás Medeiros e Carlos Ervedosa, revela muitos dos mais importantes escritores africanos e põe a circular textos anticolonialistas. Começam a surgir literaturas novas e autónomas, que se distinguem da tradição literária

³⁷ Carta do ministro do Ultramar ao presidente do Conselho, datada de Lisboa, 12.12.1952. AOS/CO/UL-20, Pasta 13/1.ª subdivisão (Arquivo Nacional Torre do Tombo).

³⁸ Carlos Ervedosa, *Op. cit.*, p. 124.

³⁹ Coube à «Nova Vaga», “a geração de estudantes dos anos de 1954 a 1961”, imprimir um novo e decisivo rumo à CEI, transformando-a no seu contrário”. Naqueles anos a Casa foi recendo cada vez mais mestiços. “No entanto, só por volta de 1958-1959 é que começaram a aparecer muito mais jovens negros”. “Essa mestiçagem progressiva da CEI [...] foi-lhe conferindo um ambiente, um carácter diferente, africanizando-a mais, ligando-a mais profundamente às famílias africanas nacionais, à sua cultura miscigenada e às suas legítimas aspirações de uma vida melhor, mais digna, a um estatuto social superior, a uma mais vincada afirmação da sua identidade cultural e política” (Edmundo Rocha, *Angola: contribuição ao estudo da génese do nacionalismo angolano (1950-1964)*, Lisboa, Ed. autor, 2003, p. 86-87).

portuguesa, a nível temático e linguístico – as literaturas africanas de língua portuguesa – e a CEI aposta na sua divulgação.⁴⁰

No início dos anos 60, a CEI tem cerca de 600 sócios, uma cantina que serve uma média de 200 refeições diárias, um lar com 14 residentes, uma biblioteca, um salão de jogos e um posto clínico, dirigido por um dos sócios fundadores, o médico Arménio Ferreira.⁴¹ Além da sede e da delegação coimbrã, funcionava uma delegação no Porto, desde Março de 1959.⁴²

As actividades culturais contribuem para a politização dos sócios, a quem vão chegando informações sobre os movimentos de libertação africana entretanto criados pelos «Mais Velhos». Na sequência do aparecimento de um manifesto intitulado “Mensagem ao Povo Português”, é novamente imposta uma comissão administrativa à CEI (portaria de 30.12.1960). Este manifesto, cuja autoria a PIDE atribuiu à CEI de Coimbra, apoiava as acusações feitas na Organização das Nações Unidas (ONU) contra a política colonial portuguesa e propunha o imediato reconhecimento do direito dos povos das colónias à autodeterminação. Uma desavença entre a sede e Coimbra a propósito de uma divisão de verbas serve de pretexto ao Governo.⁴³

No próprio dia em que a CEI é submetida a nova comissão administrativa, é distribuído por correio aos sócios um comunicado assinado por 73 estudantes que tinham ocorrido à sede contestando a decisão.

No dia seguinte, em grande e efervescente reunião, foram enviados enérgicos telegramas de protesto ao Governo e estabelecidas as formas de luta que se impunham. As outras associações de estudantes do país, solidárias com os seus colegas ultramarinas, enviaram também os seus telegramas de protesto.⁴⁴

⁴⁰ Vd. Manuel Ferreira, *Literaturas africanas de expressão portuguesa*, Lisboa, ICLP, 1977; Alfredo Margarido, *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980; Maria Rosa da Rocha Valente Sil Monteiro, *C.E.I. celeiro do sonho: geração da mensagem*, Braga.

⁴¹ “Palavras de abertura”, *Mensagem*, ano III, n.º 1, Jan. 1960.

⁴² Também veio a estar sob vigilância policial. Processo 25686, Arquivo PIDE/DGS (Arquivo Nacional Torre do Tombo).

⁴³ O conselho orientador do Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar, dirigido por Adriano Moreira, tinha proposto, num relatório confidencial elaborado em meados de 1959, “que a juventude ultramarina, que se encontra a estudar na metrópole, seja rodeada dos cuidados materiais e espirituais necessários à sua real integração no espírito de unidade nacional, sendo absolutamente indispensável impedir que continuem a viver em instituições ou grupos que facilitem tendências segregativas – como por exemplo a Casa dos Estudantes do Império”. AOS/CO/UL-61, Pasta 21, Arquivo Oliveira Salazar (Arquivo Nacional Torre do Tombo).

⁴⁴ Carlos Ervedosa, *Era no tempo das acácias floridas*, Linda-a-Velha, ALAC, 1990, p. 138-139.

Salazar, despachando directamente com o director da PIDE, defende que se devia ter aproveitado a oportunidade para dissolver a CEI.⁴⁵ Os associados já tinham dado problemas de sobra ao regime, quase todos tinham ficha na PIDE, onde constava, no mínimo, que era “contra a actual situação”. A PIDE de Coimbra concorda que o encerramento teria sido a solução mais adequada e mostra surpresa face à opção dos ministros da Educação Nacional e do Ultramar.⁴⁶

A comissão administrativa nomeia um delegado para Coimbra e não encontrando no Porto ninguém que lhe mereça confiança, encerra, em Janeiro de 1961, a delegação portuense da CEI.

Apesar da vigilância da PIDE e da ingerência da comissão administrativa, a CEI é um dos lugares onde se prepara a saída de Portugal de várias dezenas de estudantes que irão juntar-se aos movimentos de libertação das colónias portuguesas. Nos jornais a fuga é minimizada ou mesmo abafada, mas numa informação da PIDE, de 4 de Julho de 1961, enviada aos Ministérios do Ultramar, Defesa Nacional, Interior, Exército, Negócios Estrangeiros, Comunicações e ao Secretariado da Aeronáutica, podemos ler: “A CEI funcionava, em Lisboa, como o principal centro recrutador [...] Não restam dúvidas que se mostra de grande amplitude o êxodo dos estudantes ultramarinos e a clandestinidade da forma como actua”.⁴⁷

Segundo Edmundo Rocha foi com surpresa que a oposição antifascista portuguesa e mesmo o PCP souberam da «Fuga dos Cem»; o êxito da operação granjeou respeito aos jovens africanos. Nessa altura, o governo salazarista ter-se-á dado conta que a CEI era um alfofre não de «comunistas» mas sim e sobretudo de «nacionalistas progressistas».⁴⁸

Nos finais de Julho de 1961, depois de informar o Ministério do Ultramar que as contas da CEI estavam em ordem, a comissão administrativa é exonerada. O Governo, no entanto, impõe à Casa uma alteração de estatutos que contemple: mudança de nome da associação⁴⁹; admissão da gerência de um professor universitário com direito de voto; não concordância ou colisão com os fins de outras associações de estudantes e da MP. A percepção dos subsídios enviados pelos governos das províncias ultramarinas, entregues à Casa pelo Ministério do Ultramar,

⁴⁵ Cf. Ofício do director da PIDE para o inspector-adjunto da subdelegação da PIDE em Coimbra, datado de 21.12.1960. Processo 3767, Arquivo PIDE/DGS (Arquivo Nacional Torre do Tombo).

⁴⁶ Relatório confidencial n.º 3, de 9.1.1961. Processo 3767, Arquivo PIDE/DGS (Arquivo Nacional Torre do Tombo).

⁴⁷ Informação n.º 1112/61 GU, Processo 329/46 SR, Arquivo PIDE/DGS (Arquivo Nacional Torre do Tombo).

⁴⁸ Edmundo Rocha, *Op. cit.*, p. 193-194.

⁴⁹ Com o fortalecimento do movimento internacional favorável à descolonização e perante o início da guerra em Angola, não convinha nada ter «Império» no nome; aliás, já em 1951, esse termo tinha sido banido da Constituição política da República Portuguesa e substituído por Ultramar.

estaria condicionada pela aprovação dos estatutos pelo Ministério da Educação Nacional.

Edmundo Rocha salienta que

No seio da CEI, a hemorragia de quadros políticos criou um enorme vazio e conduziu ao enfraquecimento da corrente nacionalista progressista. Apesar do esforço daqueles que não participaram na fuga em tentarem manter o espírito lutador, conduzido por Carlos Ervedosa, a CEI nunca mais seria a mesma (Rocha, 2003, p. 194).

Importa, porém, referir a participação da CEI no luto académico, na sequência da proibição do Dia do Estudante, em Março de 1962. Durante a crise, a Casa disponibiliza as suas instalações para a realização das reuniões inter-associações e os respectivos comunicados são ali redigidos e copiografados, o que leva a PIDE a invadir a sede. Vários manifestos, revistas e livros são apreendidos, e os membros da direcção submetidos a interrogatório.

Apesar da CEI ter enviado os estatutos revistos ao Ministério da Educação Nacional em 20 de Maio de 1962, os subsídios são cancelados pelo Ministério do Ultramar em Janeiro de 1963. As dificuldades económicas da Casa originam uma campanha de solidariedade em que participam as Associações de Estudantes de Lisboa. A CEI empenha-se em denunciar a situação de estrangulamento a que o Governo a submeteu, nomeadamente escrevendo para o *República* e para o *Jornal de Angola*, solicitando que aí se abra uma subscrição pública a favor da associação.⁵⁰

Depois de um período de asfixia, a CEI é finalmente extinta a 6 de Setembro de 1965, numa altura em que o número de estudantes das colónias na metrópole diminuía significativamente (como referimos atrás, em 1962, foram criados os Estudos Gerais Universitários em Angola e Moçambique), e depois de sucessivos entraves ao seu normal funcionamento: sócios presos, a sede invadida pela PIDE, ficheiros e livros de contas apreendidos, iniciativas culturais proibidas.

Supostamente uma dependência do aparelho ideológico do Estado, a CEI cedo subverteu as expectativas do regime, impondo-se como um importante espaço cultural e político de contestação do salazarismo e do colonialismo, onde se reuniam os estudantes das colónias que viviam na metrópole. Com ligações estreitas à oposição portuguesa e participamente ao PCP, numa primeira fase, a maioria dos sócios foi-se

⁵⁰ Informação n.º 125 SC/CI (2), Processo 329/46 SR, Arquivo PIDE/DGS (Arquivo Nacional Torre do Tombo).

envolvendo na luta contra o Estado Novo. Mas a tomada de consciência anticolonial iria ditar, a prazo, a sua participação nos movimentos de libertação africana.

MEMÓRIAS CONCORRENTES E CONFLUENTES

As memórias dos antigos sócios da CEI são memórias da juventude e da entrada na idade adulta; memórias de um período crucial de socialização e formação identitária.

Tomás Medeiros, médico e escritor são-tomense, director da *Mensagem* (1959-1960), afirma: “Foi lá que aprendi a ser homem; foi lá que aprendi a reconhecer as realidades do meu país; foi onde aprendi a ser solidário; foi lá que aprendi a lutar por um ideal”.⁵¹

Alfredo Margarido, professor universitário e investigador português, colaborador da *Mensagem* e organizador de Antologias da CEI, olha para a Casa como “uma ilha africana na Duque d’Ávila”. “É este espaço utópico que acalenta as muitas utopias que caracterizaram a vida da Casa dos Estudantes do Império, algumas das quais acabaram por se tornar realidade”⁵². Naquela ilha pôde recuperar a sua “relação com África, e mais particularmente com Angola, aprendendo inclusivamente coisas que não pudera aprender em Luanda, como o aprendizado umbundo, pacientemente ensinado pelo Gonzaga Lambo, antes de vir a sê-lo também elo Henrique Abranches”.⁵³

Jorge Querido, engenheiro cabo-verdiano, activista da CEI de Lisboa, preso no Aljube em 1961, refere-se à CEI como

um dos poucos oásis de democracia e de liberdade que ainda sobreviviam no vasto deserto colonial-fascista; era um corpo vivo, uma autêntica instituição de educação informal que contemplava e orientava a formação de estudantes africanos, inculcando-lhes valores como os de liberdade, de democracia, de tolerância e, sobretudo, a nós africanos, despertava-nos para a nossa própria identidade e ensinava-nos como combater a alienação mental e cultural provocada por séculos de dominação colonial.⁵⁴

Carlos Ervedosa (1932-1992), geólogo e ensaísta angolano, dirigente da CEI,

⁵¹ Depoimento incluído em António de Sousa, “Um golpe de asa”, *Diário de Notícias*, 9.3.1996, p. 17.

⁵² Alfredo Margarido, “Uma ilha africana na Duque d’Ávila”, *Mensagem: número especial*, 1997, p. 41.

⁵³ Idem, p. 41-42.

⁵⁴ Jorge Querido, “O «espírito» da CEI”, *Mensagem: número especial*, 1997, p. 117.

responsável pela secção editorial e director de *Mensagem* (1962-1963), nas suas memórias também demonstra que a Casa funcionou como 'escola' para os jovens ultramarinos; sobretudo uma escola de formação cultural humanista. Vejam-se as páginas que dedica às leituras e referências estéticas e culturais partilhadas.⁵⁵

Fernando Ganhão, professor da Universidade Eduardo Mondlane, que frequentou a Casa no final da década de 50 e participou com Costa Andrade na elaboração da *Antologia de Poetas Moçambicanos*, confessa: "foi na Casa dos Estudantes do Império, no confronto com as várias personalidades das colónias portuguesas de então que o sentido político despertou em mim".⁵⁶

Pepetela, escritor e sociólogo angolano, colaborador da *Mensagem* deve à Casa a coragem de assumir a sua vocação literária:

Foi na CEI que aprendi que os poemas e os contos falavam de realidades fundamentais nunca racionalizadas pela tenra idade. E o inato gosto pela escrita se transformou, de mero passatempo solitário e irresponsável, em necessidade consciente de ajudar a combater uma ordem social mais adivinhada que sentida como injusta. O apelo da terra deixou de ser apenas algo de emotivo para se tornar razão de ser.⁵⁷

Orlanda Mendes chama a atenção para a existência de memórias não coincidentes sobre a CEI. "Enquanto o Carlos Ervedosa sugere harmonia e unidade quase totais"⁵⁸,

Manuel [dos Santos] Lima escrevia no livro *As lágrimas e o vento* [1976] o seguinte: 'A CEI era um centro bastante reaccionário que consagrava as divisões sócio-raciais existentes nas colónias, entre os estudantes do Ultramar, e onde os estudantes do Ultramar se erigiam em revolucionários a conta-gotas, de óculos e pêra à Lumumba, mas tirados a papel químico da imagem dos seus colegas metropolitanos. O desencadeamento da insurreição em Angola deixara-os tão surpresos quanto perplexos'.⁵⁹

Em entrevista a Michel Laban, Manuel dos Santos Lima, professor universitário

⁵⁵ Carlos Ervedosa, *Op. cit.*, p. 119-121.

⁵⁶ Excerto da entrevista a Fernando Ganhão em *Vozes Moçambicanas*, de Patrick Chabal, Lisboa, 1994, p. 212-216, reproduzido em *Mensagem: número especial*, 1997, p. 151.

⁵⁷ Pepetela, "A Casa dos Estudantes do Império fez de mim um escritor", *Mensagem: número especial*, 1997, p. 115.

⁵⁸ Refere-se à Casa como "santuário da confraternização racial". "Multirracial na sua composição étnica e nos seus ideias de sociedade. Quem não a aceitasse deste modo, ou não passava a porta do rés-do-chão, ali no 23 da Duque d'Ávila, ou ia-se embora de vez" (Carlos Ervedosa, *Op. cit.*, p. 124 e 137-138).

⁵⁹ "Meio século da CEI", *Mensagem: número especial*, 1997, p. 77.

e escritor angolano publicado pela CEI em 1961, esclarece:

Eu fui membro activo da Casa dos Estudantes do Império e, através de inquéritos feitos sobre a situação económica dos estudantes que iam à Casa, chegávamos à conclusão de que as mesadas, por exemplo, oscilavam entre 600 escudos e 3 contos e 500 e que, muito curiosamente, eram os negros que tinham as mesadas mais baixas. Portanto, imediatamente, era fácil referenciar que o estudante angolano que dançava e comia na Casa dos Estudantes do Império, mas dispondo de 3 contos e 500 de mesada, tinha acesso a um *standing* de vida que o conterrâneo negro nunca poderia ter. E isso era um reflexo a situação colonial... Sempre a mesma coisa: a vantagem do pai branco...

Mais à frente, conclui: “só o ideal político é que nos unia... As diferenças sociais de África, de Angola, de Moçambique, etc., foram transpostas para a Casa dos Estudantes do Império”.⁶⁰

Um dos fundadores da CEI, por seu turno, fala de diferentes tendências políticas dentro da Casa:

os grupos com opções políticas divergentes não se digladiavam abertamente; reuniam-se entre si, isto é, os componentes de um grupo reuniam-se entre si em pequenos círculos. Era frequente o António Raul Simões Neto, o Alexandre Dáskalos, o Júlio Pequito e a Alda Lara reunirem-se em casa da Maria Alice Bordalo Pereira e falarem abertamente das suas «políticas» apesar das divergências ideológicas do grupo, pois a Alda e a Maria Alice eram fervorosas católicas e os restantes era fiéis adeptos de Lenine. Mas todos eles eram ardentes defensores da angolanidade e punham de parte as ideologias para elevarem a sua terra à escala de uma terra livre e progressista.⁶¹

Embora não haja uma memória única sobre a CEI, mas memórias concorrentes, parece haver um denominador comum: a CEI terá sido um espaço de encontro, de troca de ideias, de liberdade e de sonho.

O “espírito” que engendrou marcou gerações e “teve um papel importante na edificação dos novos países africanos que foram colónias portuguesas”.⁶² Por isso, a memória heterogénea e plural da CEI mantém-se viva nas narrativas nacionais dos

⁶⁰ Excerto da entrevista a Michel Laban, *Angola: encontro com escritores*, vol. 1, Porto, 1991, p. 449-452, reproduzido em *Mensagem: número especial*, 1997, p. 153-154.

⁶¹ Sócrates Dáskalos, *Op. cit.*, p. 10.

⁶² Jorge Querido, “O «espírito» da CEI”, *Mensagem: número especial*, 1997, p. 117.

países africanos de língua oficial portuguesa⁶³, nas narrativas oficiais dos movimentos de libertação⁶⁴ e dos seus «pais fundadores», na literatura (africana de língua portuguesa e portuguesa) e nos testemunhos dos antigos sócios da Casa. Dada a inexorabilidade do tempo, tem sido menção obrigatória nos obituários dos que vão falecendo.⁶⁵

A memória é dinâmica e vai-se reconfigurando em função das preocupações de cada momento. Os usos políticos da memória também correspondem à agenda do presente e dos grupos que recordam. A inclusão da memória da CEI na memória da resistência ao Estado Novo ensaiada pela CML (coligação PS-PCP) é redutora. A memória da CEI faz parte da contra-memória do colonialismo português, situando-se do lado dos colonizados e da luta pela sua emancipação, e por essa via foi integrada nas narrativas sobre os movimentos de libertação e nas narrativas identitárias dos novos países africanos de língua portuguesa, após as independências. Julgamos que está ainda largamente por historiar o lugar da CEI na memória do anticolonialismo, uma produção diaspórica de dimensão internacional.⁶⁶

⁶³ Vd., por exemplo, David Hedges (coord.), *História de Moçambique*, vol. 2: *Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961*, 2.ª ed., Maputo, Livraria Universitária, 1999, p. 208.

⁶⁴ Veja-se, por exemplo, *História do MPLA*, Luanda, Centro de Documentação e Informação Histórica, 2008, 2 vols.

⁶⁵ O mais recente, de que temos conhecimento, foi o de Paulo Jorge, angolano, responsável pelas relações externas do MPLA, que frequentou a CEI no final dos anos 50. “Na Casa dos Estudantes do Império destacou-se como um dos mais carismáticos militantes da luta anti-colonial. Foi nessa fase que lutou, entre outros, ao lado de Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Marcelino dos Santos pela independência das então colónias portuguesas. Quem com ele conviveu nessa época recorda a sua elevada taxa de militância anti-colonialista mas também o mais afamado bailarino nas festas da Casa dos Estudantes do Império, onde benguelenses ilustres como Ernesto Lara Filho e Urbano Frestas faziam a diferença. Paulo Jorge foi dos primeiros jovens estudantes universitários a abandonar Portugal para fugir à repressão da Pide, a polícia política do regime colonial fascista. Desde então dedicou a sua vida a fazer amigos e aliados para a luta armada de libertação nacional.” *Jornal de Angola*, Luanda, 27.6.2010.

⁶⁶ Para uma história global do anticolonialismo, vd. Robert J.C. Young, *Postcolonialism: an historical introduction*, Oxford, Blackwell Publishers, 2001.